



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

04/06/2012

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. PRISÃO.....	1
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. PRESIDÊNCIA.....	2
2.2. SEM ASSUNTO.....	3
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. PRESIDÊNCIA.....	4
3.2. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	5 - 6

Trabalho conjunto com a polícia de outros estados

Troca de informações com outras delegacias fortalece o trabalho da polícia maranhense

Na lista das prisões efetuadas pela Delegacia de Polícia Interestadual, está a de Edmilson de Jesus dos Santos, vulgo *Negão*, suspeito de ser o mandante do assassinato que vitimou Marcos Paulo das Neves, conhecido como *Rato 8*. De acordo com a Polícia, *Rato 8* teria assaltado várias vezes o ponto comercial de Edmilson dos Santos e em uma dessas ações o dono do estabelecimento teria sido ameaçado de morte. A prisão foi expedida pelo juiz da 4ª Vara Criminal, Ferreira Neto.

Outra prisão foi a de Glória Maria Meneses, 59 anos, em fevereiro deste ano, por envolvimento com a distribuição de máquinas ilegais e a permanência de jogos de azar no Maranhão. Ela já havia sido presa em dezembro de 2011 em decorrência da Operação Dedo de Deus, realizada pela Polícia Civil e Ministério Público do Rio de Janeiro. A ação teve como intuito coibir a permanência desse tipo de jogo em estados como Pernambuco, Bahia, Maranhão e Rio de Janeiro. Na ocasião, ocorreram em todo o Brasil prisões de pessoas envolvidas com jogos de azar.

Ainda este ano, foi preso o moçambicano Fernando Jorge dos Santos C. Wellenkamp, de 40 anos. Ele responde a crime de homicídio na 1ª Vara do Tribunal de Justiça de São Luís. Ele já residia



Temos um trabalho diferenciado das demais delegacias. Estamos sempre em contato, trocando informações e dados com a Polícia Civil de outros estados"

Alberto Wagner, titular da Polinter

na capital maranhense havia mais de 30 anos. Ainda com base nas informações da polícia, além do crime de homicídio, *Fernando Moçambicano*, como é conhecido, também é proprietário de casas de bingo na cidade, e já responde a vários inquéritos policiais em outros estados.

Tráfico - Também foi retirado de

circulação Exedito Alves Sousa Filho, detido em março. Na sua lista criminal continham crimes de tráfico de drogas e assaltos. Ainda no mês de março, a Polinter tirou de circulação Josimar Leyber Melônio, 30 anos, acusado de cometer um homicídio em 2008; e David Modesto, condenado a dois anos de detenção por furto.

Fruto do levantamento de informações, a Polinter prendeu na Praça Deodor, Marcelino Silva Ferreira, contra quem havia dois mandados de prisão em aberto, um por porte ilegal de armas e outro por roubo. Em maio, um traficante foragido da Justiça e condenado a sete anos e cinco meses de detenção foi preso por investigadores daquela Especializada. Edilson Silva dos Santos Filhos, conhecido como *Dilsinho*, de 30 anos que pertencia a um dos grupos mais procurados pela polícia de São Luís, do homem conhecido como *Cachorrão*. Ele era responsável em abastecer as bocas de fumo da região da Cidade Operária, Jardim Tropical e áreas próximas.

O delegado Alberto Wagner ressaltou que as equipes da Polinter devem intensificar ainda mais os trabalhos de investigação, dando suporte também a outras unidades da Polícia Civil no Maranhão.

Ele lembrou ainda da importante participação da população, que tem sido uma grande parceria para tirar perigosos criminosos das ruas. "A sociedade muito tem colaborado conosco na resolução de casos", afirmou.

Custas

Até sexta-feira da próxima semana (15), o desembargador Antônio Guerreiro Júnior, deverá estar encaminhando ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) suas sugestões para aperfeiçoamento da proposta de projeto de lei sobre custas judiciais. O prazo vale para os demais TJ, como informa o conselheiro Jefferson Kravchychyn, para quem é preciso a unificação dessas cobranças, pois hoje não há padronização, o que gera enormes discrepâncias nos valores cobrados.

Retorno a Grajaú

O juiz Holidice Cantanhede Barros, da Comarca de Grajaú, está de volta ao batente após cursar mestrado em Direito pela Universidade de Illinois, nos Estados Unidos. Foram dez meses de estudo, período em que cursou oito disciplinas obrigatórias (adquirindo 32 créditos) e mais duas eletivas. Holidice Barros já inscreveu - se em mais uma disciplina eletiva para a produção do trabalho de dissertação, que nos Estados Unidos não é obrigatório, mas é necessário para validação do mestrado no Brasil.



TJ/DIVULGAÇÃO

Após o retorno dos Estados Unidos, Holidice Barros se reapresentou ao corregedor de Justiça, Cleones Cunha

O prefeito de São Luís, João Castelo, empossou o desembargador aposentado Raimundo Freire Cutrim no cargo de secretário extraordinário de Assuntos Políticos.

Prestigiaram o ato de posse o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, os desembargadores Froz Sobrinho, representando o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA); Jamil de Miranda Gedeon Neto; Marcelo Carvalho Silva; Lourival Serejo, José Joaquim Figueiredo dos Anjos; Jorge Rachid; Vicente de Paula Gomes de Castro e Milson Coutinho.

A solenidade contou, ainda, com a presença de secretários municipais, auxiliares do governo, familiares e amigos do novo secretário e, também, do presidente da Câmara Municipal de São Luís, Isaías Pereirinha, dos vereadores José Joaquim,IVALDO RODRIGUES, Vieira Lima, Francisco Chaguinhas, Nato, Francisco Carvalho, Osmar Gomes Filho, Severino Sales, Armando Costa, Fernando Lima, João Batista Matos (suplente), dos deputados Neto Evangelista, Othelino Neto e Gardênia Castelo, do ex-deputado Wagner Lago, do prefeito de Santa Luzia do Tide, Márcio Rodrigues, entre outras autoridades.



O secretário Raimundo Cutrim sendo cumprimentado pelo presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior e observado por Márcia Banhos (Cerimonial do TJ), e dos diretores, Sumaya Heluy (Geral), Francisco Adalberto Moraes (Administrativo) e Luiz Carlos Calvet (Financeiro)



O secretário empossado Raimundo Freire Cutrim com o prefeito de São Luís, João Castelo



Desembargadores Jamil Gedeon e Lourival Serejo com o juiz de direito Tyrone Silva



Desembargador Jorge Rachid e o juiz Marco Aurélio Marques



Cutrim assina termo de posse observado por autoridades

FILA DE PRECATÓRIOS

PF VAI APURAR DENÚNCIAS DE TENTATIVA DE FRAUDE CONTRA TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

A Polícia Federal vai investigar denúncias enviadas ao Conselho Nacional de Justiça sobre empresa de tecnologia que tentou dar golpes no sistema de precatórios dos tribunais de Justiça. As informações sobre o esquema foram passadas por tribunais à Corregedoria Nacional de Justiça, que enviou ofício à PF para que inicie a investigação. Alguns TJs comunicaram à Corregedoria Nacional de Justiça que uma companhia da área de tecnologia da informação, cujo nome não foi divulgado, ofereceu um sistema informatizado para gestão de precatórios. **ULTIMA PÁGINA**

FILA DE PRECATÓRIOS

PF investiga denúncias de tentativa de fraude a TJs

A Polícia Federal vai investigar denúncias enviadas ao Conselho Nacional de Justiça sobre empresa de tecnologia que tentou dar golpes no sistema de precatórios dos tribunais de Justiça. As informações sobre o esquema foram passadas por tribunais à Corregedoria Nacional de Justiça, que enviou ofício à PF para que inicie a investigação.

Alguns TJs comunicaram à Corregedoria Nacional de Justiça que uma companhia da área de tecnologia da informação,

cujo nome não foi divulgado, ofereceu um sistema informatizado para gestão de precatórios. Afirmava que o software fora recomendado pelo próprio CNJ, e que os TJs deveriam comprá-lo.

O CNJ nega ter recomendado qualquer sistema e, além de pedir que a PF investigue o caso, encaminhou ofícios a todos os TJs alertando sobre a tentativa de golpe. "A Corregedoria não recomenda a adoção de quaisquer sistemas informatizados, consultorias ou metodologias

fornecidas por empresas para a tramitação ou execução de precatórios", diz o documento.

A corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, esclareceu que o CNJ tem, sim, programas de auxílio aos tribunais na gestão de precatórios e na reestruturação do setor.

Exige dos TJs que adotem medidas jurisdicionais e administrativas para fazer a fila andar mais rápido. Entretanto, esclareceu que essas exigências são feitas de forma presencial, durante as visitas do CNJ aos

tribunais.

"A adoção de sistemas informatizados por este Conselho aguarda, prudentemente, as iniciativas a serem tomadas quanto à gestão de precatórios no âmbito do Processo Judicial Eletrônico (PJe), em desenvolvimento pelo CNJ em parceria com diversos tribunais, e, que no tempo certo, será disponibilizado sem ônus para todos os órgãos do Poder Judiciário", esclareceu a ministra. As informações são da Assessoria de Imprensa do CNJ.